

Intrigas políticas no partido governante do Equador

A guerra de posições, também conhecida como guerra de trincheiras, embora usada como tática militar na guerra de secessão dos EUA e na guerra russo-japonesa, adquiriu sua proeminência global a partir do fracasso da ofensiva relâmpago iniciada na Europa pelos alemães em 1914. A estratégia militar de frentes estáveis imobilizou os exércitos em linhas de trincheiras durante anos. Este novo cenário de guerra levou a uma guerra de desgaste, produziu um número muito elevado de baixas e arruinou a moral dos soldados que foram forçados a lutar durante anos em condições difíceis.

Nos parágrafos mais lendários de seus Cadernos Prisionais, Antonio Gramsci refletiria sobre estas estratégias de guerra, posição e manobra -defendendo este último como agressor-, entendendo o Estado como mais uma trincheira avançada do conjunto de fortificações dos setores populares em sua luta pela hegemonia. Gramsci teve que reler Maquiavel para entender que a hegemonia é a capacidade orgânica dos setores dominantes de convencer as maiorias sociais a aceitar as histórias que justificam e explicam a ordem política.

A guerra de posições, a disputa pela hegemonia e parte do pensamento estratégico de Gramsci sobre o funcionamento do poder e o Estado moderno retomaram a atual disputa política no Equador.

No final de outubro passado, a facção mais *hard* de seguidores do ex-presidente equatoriano Rafael Correa dentro do partido do governo, Alianza Pais – que controla uma parte importante da liderança nacional desse partido – decidiu unilateralmente e de forma não regulatória retirar o presidente do Equador, Lenín Moreno, da presidência de seu grupo político e colocar Ricardo Patiño (que foi o segundo vice-presidente do partido;

o primeiro vice-presidente está preso, sob investigação por corrupção). O objetivo era tornar-se forte nas trincheiras do aparelho do partido no poder a fim de entravar as reformas empreendidas pelo atual presidente e pela sua equipe ministerial.

No entanto, poucas horas depois, vários membros do gabinete presidencial e do gabinete político da Alianza Pais rejeitariam publicamente esta decisão, definindo-a como arbitrária e antidemocrática. Diante da confusão geral da militância, simpatizantes e redes clientelistas do partido político hegemônico no Equador, a Corte de Garantias Criminais deixou – imediatamente – sem efeito a decisão adotada pela diretiva nacional do partido, proibindo o Conselho Nacional Eleitoral de registrar o ex-ministro Corrientes Ricardo Patiño como novo presidente da Alianza Pais.

Origens da intentona

O confronto entre corredores e morenistas no partido governante tem sua origem praticamente no mesmo dia da investidura do atual presidente, Lenín Moreno.

Embora Moreno tenha feito parte do binômio presidencial de Rafael Correa nas eleições de 2006 e 2009, servindo durante ambas as legislaturas como vice-presidente da República, o ex-presidente equatoriano é atualmente o principal opositor do seu governo. Na guerra de trincheiras dentro da Alianza Pais e nas diferentes frentes institucionais, enquanto os partidários de Moreno elaboraram uma política de reforma que envolve uma narrativa autocrítica sobre certas políticas públicas aplicadas durante a legislatura anterior e a abertura de processos de investigação sobre diferentes casos de corrupção institucional, os correístas tentam derrubar a figura do presidente, posicionando-o como um traidor que se aliou à direita.

Nesta batalha que vem ocorrendo nos pouco mais de seis meses

de mandato de Moreno, o correísmo -pelo menos até agora- aparece como um claro perdedor. Embora o atual presidente tenha altos índices de popularidade, a figura de Rafael Correa – que deixou uma economia nacional em recessão – foi seriamente deteriorada, enquanto mais e mais casos de corrupção são descobertos entre seus colaboradores próximos.

O último movimento tático do presidente Moreno foi convocar uma consulta popular sobre sete propostas, entre elas a anulação da emenda constitucional -feita na última etapa correísta- que permite a reeleição indefinida do presidente da república, buscando impossibilitar que Rafael Correa seja candidato presidencial nas próximas eleições; e a reestruturação do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social -um organismo estatal composto por personalidades ligadas ao ex-presidente, abrindo a possibilidade de avaliar o desempenho das autoridades nos organismos de controle estatal, e de detê-los.

Se estas duas reformas forem aprovadas -e todas as pesquisas de opinião até agora indicam-, o correísmo sofrerá um completo vazio de poder e qualquer possibilidade futura de uma rearticulação política desta tendência será anulada.

E o movimento dos setores correístas dentro de sua organização política, buscando a demissão e posterior expulsão de Lenín Moreno do partido, se deve justamente à iniciativa do atual governo de realizar tais reformas. Ao mesmo tempo, esta facção política está pressionando o Tribunal Constitucional – cuja composição vem do período anterior e tem uma clara afinidade com os Correios – para assegurar que estas questões não sejam viáveis. Da mesma forma, os correístas na bancada oficial, buscam bloquear as iniciativas políticas vindas do Executivo e o julgamento político contra o vice-presidente preso Jorge Glas.

Jogo de estratégias

Sem força política e apoiado apenas por um setor de hard vote identificado com seus postulados, estimado entre 20% e 23% do eleitorado, o correísmo está consciente de que o tempo joga contra ele.

O desenho estratégico do correísmo para tentar demitir Moreno consistia em gerar uma crise política dentro da Alianza Pais que levaria a uma extraordinária convenção nacional que, com Rafael Correa à frente, lhe permitiria recuperar as rédeas de seu partido e a hegemonia perdida na política nacional. No entanto, este movimento político, criado apenas seis meses antes de sua primeira vitória eleitoral em 2006, e sem bases políticas na época, foi construído verticalmente à sombra do poder, com quadros políticos e chefes com perfil ascendente, e fortemente enraizado na tradicional política clientelista equatoriana, elementos que deixaram de ser funcionais ao correlato quando o ex-presidente deixou o assento presidencial.

Os resultados deste último pulso político têm sido devastadores para Rafael Correa: os morenistas anunciaram publicamente que 44 dos 75 parlamentares que compõem a bancada oficial da Assembléia Nacional se alinharam com Lenín Moreno, o que significou que Correa perdeu o controle do Legislativo, enquanto a maioria das lideranças partidárias provinciais expressaram sua rejeição à resolução da diretiva nacional e seu apoio a Lenín Moreno.

Apesar disso, Ricardo Patiño, principal operador político de Correa no país enquanto ainda reside em Bruxelas, anunciou a chegada antecipada do ex-presidente a terras equatorianas, prevendo que os principais líderes que participaram deste movimento possam ser expulsos pela Comissão de Ética e Disciplina da Alianza Pais.

Se Rafael Correa voltar ao Equador nos próximos dias, provavelmente não será para restabelecer sua liderança no partido que fundou – já que as trincheiras do correísmo nele e

em diferentes instituições foram extremamente enfraquecidas -, mas para liderar a conformação de uma nova organização política que busca enfrentar politicamente o atual governo e se opor à consulta popular.

Risco de desgaste

O presidente, Moreno, conseguiu aproveitar ao máximo sua distância de Correa politicamente, levantando a necessidade de diálogo e consenso em uma sociedade que se tornou altamente polarizada e carregando a bandeira da luta contra a corrupção. No entanto, a capacidade de execução política do governo tem sido limitada: o roteiro para esta legislatura ainda não é conhecido. E sendo um presidente cuja popularidade se baseia unicamente no discurso, isso começa a gerar certa desconfiança na sociedade.

Por sua vez, Rafael Correa, assim como seu governo e os operadores do Alianza Pais, procuram articular sua estratégia em torno do medo dos cidadãos de um possível retorno do Equador ao passado, algo que já foi usado em campanha após campanha durante a última década.

Este é um argumento que não é muito consistente se considerarmos que atualmente no Equador a oposição política à Alianza Pais não existe. Há muito que está sem espaço no tabuleiro de jogo nacional. Da mesma forma, os movimentos sociais e o movimento indígena em particular ficaram sem voz. Depois de dez anos de perseguição e criminalização do protesto social, eles estão atualmente em negociações com um governo que pelo menos está disposto a ouvi-los.

Assim, o panorama político de médio prazo no Equador parece desolador. Embora a Alianza Pais seja autodestrutiva, nem a oposição conservadora nem a esquerda tradicional são capazes de posicionar alternativas com uma certa legitimidade social. Ao mesmo tempo, o eleitorado é incapaz de distinguir entre as categorias políticas tradicionais de esquerda e direita,

porque depois de uma década de discurso institucional revolucionário, adornada com velhas canções vingativas e elogios a múltiplos mitos revolucionários, verificou-se que os grupos economicamente mais beneficiados pelo regime eram os habituais, enquanto a sociedade continua a ser muito desequilibrada em favor dos historicamente privilegiados. Assim, há um cansaço crescente com a política tradicional em setores cada vez mais amplos da sociedade, para os quais a política já não é discutida em termos de esquerda-direita.

Por sua vez, a incapacidade de renovar as lideranças históricas dos movimentos sociais equatorianos continua minando a possibilidade de novas formas de intervenção, a articulação de um discurso diferenciado e o reposicionamento do não-institucional no âmbito da política, que se limita às lutas de poder entre estruturas partidárias, que disputam o controle de instituições que não se destinam a transformar a sociedade, mas sim a resistir às mudanças que ela exige atualmente.

Não circulam novas idéias na política equatoriana, e não está alimentando intelectualmente uma sociedade que busca, sem encontrar, diferentes estilos de exercício e atuação na política.

Com tais condições, é fácil prever que, na ausência de alternativas confiáveis, se o atual governo não for capaz de implementar políticas bem sucedidas que revitalizem a economia nacional, gerem emprego decente e revitalizem o poder aquisitivo das grandes majorias, o Equador estará imerso durante a atual legislatura em uma nova crise de representatividade.

Original: [La Brecha](#)